

Como elaborar um Plano de Segurança para a Construção

Ficha Técnica
Autor: Rui Veiga
Product Manager: Sara Coito

1.	Memória Descritiva	2
1.1.	Objectivo do plano de segurança e saúde.....	2
1.2.	Comunicação prévia do início dos trabalhos	3
1.3.	Legislação aplicável.....	4
1.4.	Organograma funcional	9
1.5.	Horário de trabalho	10
1.6.	Seguros de acidentes de trabalho.....	11
2.	Caracterização da obra	12
	Características gerais da obra	12
	Mapa de quantidades de trabalho	12
	Condicionalismos existentes no local da obra	12
	Plano de trabalhos	12
	Cronograma da mão-de-obra	13
	Lista de trabalhos com riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores....	13
	Lista de materiais com riscos especiais	13
3.	Acções para a prevenção de riscos	14
3.1.	Projecto do estaleiro	14
3.2.	Plano de acesso, circulação e sinalização no estaleiro.....	16
3.3.	Planos de protecções colectivas	17
3.4.	Plano de protecções individuais	18
3.5.	Controlo de utilização dos equipamentos no estaleiro	19
3.6.	Registos de monitorização e prevenção	20
3.7.	Plano de saúde dos trabalhadores.....	21
3.8.	Registos de acidentes e índices de sinistralidade	22
3.9.	Informação e formação dos trabalhadores	23
3.10.	Plano de visitantes.....	24
3.11.	Plano de emergência	25

1. Memória Descritiva

1.1. Objectivo do Plano de Segurança e Saúde

O Plano de Segurança e Saúde, visa dar cumprimento ao previsto no [Decreto-Lei n.º 273/03 de 29 de Outubro](#), que veio alterar o [Decreto-Lei n.º 155/95 de 1 de Julho](#), e deverá ser iniciado com uma definição dos objectivos.

O PSS, não deverá ser encarado como algo fixo, mas sim dinâmico, podendo encontrar-se soluções mais viáveis para não colocar as pessoas em risco. Poderá considerar-se, a importância da prevenção de riscos como principal objectivo, elaborando-se mecanismos de redução de acidentes e incidentes, o que permitirá alcançar bons níveis de produtividade.

A importância do PSS, é no fundo estabelecer um conjunto de normas e prescrições que deverão ser respeitadas no local de trabalho, tentando minimizar a probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho através da implementação de medidas preventivas e de protecção.

Deverá ser elaborado na fase de projecto, embora deva ser adaptado na fase da obra, quer por eventuais alterações ao projecto ou devido a eventuais recomendações que a empresa adjudicatária entenda no decorrer dos trabalhos.

O PSS deverá estar sempre na obra para poder ser consultado por todos os seus intervenientes.

1.2. Comunicação Prévia do início dos trabalhos

A Comunicação Prévia (de acordo com o exigido na Directiva Estaleiros que indica o seu conteúdo) deverá ser enviada à Inspeção-geral do Trabalho anteriormente à abertura do Estaleiro e da respectiva fixação em local visível.

De acordo com o n.º 1, do artigo 15º, do [Decreto-Lei n.º 273/03 de 29 de Outubro](#), o dono da obra encontra-se obrigado a comunicar a abertura do Estaleiro à Inspeção-Geral do Trabalho se o prazo total da execução da obra for superior a 30 dias e existir a utilização simultânea de mais de 20 trabalhadores ou se existir um total de mais de 500 dias de trabalho que corresponda ao somatório dos dias de trabalhos prestados por cada um dos trabalhadores.

No n.º 2, do artigo 15º, do [Decreto-Lei n.º 273/03 de 29 de Outubro](#), refere que a Comunicação Prévia deverá ser datada e assinada e constar os seguintes elementos:

- Endereço do Estaleiro;
- Natureza da obra;
- Dono da obra (nome e endereço);
- Autor do Projecto (nome e endereço);
- Entidade Executante (nome e endereço);
- Fiscal da obra (nome e endereço);
- Coordenador de segurança em projecto (nome e endereço);
- Director Técnico da obra (nome e endereço – se for nomeado para permanecer no Estaleiro durante a execução da obra, no caso de empreitada de obra pública);
- Representante da entidade executante (nome e endereço – se for nomeado para permanecer no Estaleiro durante a execução da obra, no caso de empreitada de obra pública);
- Responsável pela Direcção Técnica da Obra (nome e endereço – no caso de obra particular);
- Datas previstas para início e termo dos trabalhos no Estaleiro;
- Estimativa do número máximo de trabalhadores por conta de outrem e independentes que se encontram presentes e em simultâneo no Estaleiro;
- Estimativa do número de empresas e trabalhadores independentes que se encontram a operar no Estaleiro;
- Identificação dos SubAdjudicatários seleccionados.

Sempre que se verificar alguma alteração, na Comunicação Prévia de abertura do Estaleiro, o Adjudicatário informará, por escrito, a Fiscalização sobre as alterações ocorridas. Esta por sua vez, transmitirá essas alterações ao Dono da Obra que deverá fornecer cópia ao Adjudicatário da Comunicação Prévia com as respectivas alterações enviadas pelo Dono da Obra à Inspeção Geral do Trabalho.

1.3. Legislação aplicável

A legislação aplicável ao Plano de Segurança e Saúde deverá também constar da Memória Descritiva. Sempre que existirem riscos especiais deverá ser também incluída legislação relativa aos mesmos.

A **legislação a incluir num PSS**, poderá ser:

- **Decreto-Lei n.º 41820 de 11 de Agosto de 1958**

Estabelece a fiscalização e infracções às normas de segurança para protecção do trabalho nas obras de construção civil.

- **Decreto n.º 41821 de 11 de Agosto de 1958**

Aprova o Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil - RSTCC.

- **Decreto-Lei n.º 46427 de 10 de Julho de 1965**

Aprova o Regulamento das Instalações Provisórias do Pessoal Empregado nas Obras - RIPPEO.

- **Decreto-Lei n.º 308/89 de 14 de Setembro**

Comete ao CMOPP competência para fiscalizar a protecção, organização, segurança e sinalização de Estaleiros de obras.

- **Decreto-Lei n.º 441/91 de 14 de Novembro**

Transpõe a Directiva n.º 89/391/CEE, relativa à aplicação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho.

- **Decreto-Lei n.º 72/92 de 28 de Abril**

Transpõe para o direito interno, a Directiva n.º 86/188/CEE de 12 de Maio relativa à protecção dos trabalhadores contra os riscos devidos à exposição ao ruído durante o trabalho.

- **Decreto Regulamentar n.º 9/92 de 28 de Abril**

Regulamenta o Decreto-Lei n.º 72/92 de 28 de Abril.

- **Decreto-Lei n.º 128/93 de 22 de Abril**

Estabelece as exigências técnicas de segurança a observar pelos equipamentos de protecção individual, de acordo com a Directiva n.º 89/686/CEE de 21 de Dezembro.

- **Decreto-Lei n.º 330/93 de 25 de Setembro**

Transpõe para o direito interno, a Directiva n.º 90/269/CEE de 29 de Maio, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas.

- **Decreto-Lei n.º 331/93 de 25 de Setembro**

Transpõe para o direito interno, a Directiva n.º 89/655/CEE de 30 de Novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde na utilização de equipamentos de trabalho.

- **Decreto-Lei n.º 347/93 de 1 de Outubro**

Transpõe para o direito interno a Directiva n.º 89/654/CEE de 30 de Novembro relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho.

- **Decreto-Lei n.º 348/93 de 1 de Outubro**

Transpõe para o direito interno, a Directiva n.º 89/656/CEE de 30 de Novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde na utilização de equipamentos de protecção individual.

- **Portaria n.º 987/93 de 6 de Outubro**

Estabelece as normas técnicas de execução do Decreto-Lei n.º 347/93 de 1 de Outubro.

- **Portaria n.º 988/93 de 6 de Outubro**

Estabelece a descrição técnica do equipamento de protecção individual, de acordo com o artigo 7º do Decreto-Lei n.º 348/93 de 1 de Outubro.

- **Decreto-Lei n.º 362/93 de 15 de Outubro**

Regula a informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais.

- **Portaria n.º 1131/93 de 4 de Novembro**

Estabelece as exigências essenciais, relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de protecção individual, de acordo com o artigo 2º do Decreto-Lei n.º 128/93 de 22 de Abril.

- **Decreto-Lei n.º 141/95 de 14 de Junho**

Transpõe para o direito interno, a Directiva n.º 92/58/CEE de 24 de Junho, relativa a prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho.

- **Decreto-Lei n.º 113/99 de 3 de Agosto**

Desenvolve e concretiza o regime geral de contra-ordenações laborais, através da tipificação e classificação das contra-ordenações correspondentes à violação da legislação específica de segurança, higiene e saúde no trabalho em certos sectores de actividade ou a determinados riscos profissionais.

- **Lei n.º 116/99, de 4 de Agosto**

Aprova o novo regime geral de contra-ordenações laborais.

- **Decreto-Lei n.º 273/03 de 29 de Outubro**

Estabelece regras gerais de planeamento, organização e coordenação para promover a segurança, higiene e saúde no trabalho em Estaleiros da construção e transpõe para o direito interno, a Directiva n.º 92/57/CEE de 24 de Junho.

- **Decreto-Lei n.º 214/95 de 18 de Agosto**

Estabelece as condições de utilização e comercialização de máquinas usadas visando eliminar riscos para a saúde e segurança das pessoas.

- **Portaria n.º 1456-A/95 de 11 de Dezembro**

Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho.

- **Portaria n.º 101/96 de 3 de Abril**

Regulamenta o Decreto-Lei n.º 155/95 de 1 de Julho relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde a aplicar nos Estaleiros temporários ou móveis.

- **Portaria n.º 109/96 de 10 de Abril**

Altera os anexos I, II, IV e V da Portaria n.º 1131/93 de 4 de Novembro.

- **Portaria n.º 280/96 de 22 de Julho**

Altera os anexos I, II, III, IV e V da Portaria n.º 145/94 de Março.

- **Portaria n.º 695/97 de 19 de Agosto**

Altera os anexos I e V da Portaria n.º 1131/93 de 4 de Novembro.

- **Decreto-Lei n.º 100/97 de 13 de Setembro**

Aprova o novo regime dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais.

- **Decreto-Lei nº 374/98 de 24 de Novembro**

Altera os Decretos-Lei n.º 378/93 de 5/11, n.º 128/93 de 22/4, n.º 383/93 de 18/11, n.º 130/92 de 6/6, n.º 117/88 de 12/4 e n.º 113/93 de 10/4, relativos a EPI e marcação CE.

- **Decreto-Lei n.º 82/99 de 16 de Março**

Transposição para o direito interno, da Directiva n.º 89/655/CEE, de 30 de Novembro, de 1989, alterada pela Directiva n.º 95/63/CE, de 5 de Dezembro de 1995, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho.

- **Decreto-Lei n.º 133/99 de 21 de Abril**

Altera o Decreto-Lei n.º 441/91 de 14 de Novembro relativo aos princípios de prevenção de riscos profissionais.

- **Decreto-Lei n.º 143/99 de 30 de Abril**

Regulamenta a Lei n.º 100/97 de 13 de Setembro, no que respeita à reparação de danos emergentes dos

- **Decreto-Lei n.º 159/99 de 11 de Maio**

Regulamenta o seguro de acidentes de trabalho, para os trabalhadores independentes.

- **Decreto-Lei n.º 292/2000 de 14 de Novembro**

Estabelece o regime legal sobre a poluição sonora - Regulamento Geral do Ruído.

- **Portaria n.º 390/2002 de 11 de Abril**

Aprova o regulamento relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de consumo, disponibilização e venda de bebidas alcoólicas nos locais de trabalho da administração pública central e local.

1.4. Organograma funcional

O organograma funcional, tem como objectivo identificar quais os meios humanos afectos à obra necessários à elaboração / implementação / controlo do Plano de Segurança e Saúde. Nele deverá constar, a definição das responsabilidades e as funções das pessoas ligadas à área da segurança e saúde no trabalho.

Neste organograma, devem estar identificados todos os intervenientes responsáveis pela organização e adaptação do PSS e os meios humanos afectos ao mesmo, devendo ser entregue pelo Adjudicatário ao coordenador de segurança na fase da obra.

No Estaleiro, deverá constar o organograma em vigor, em local visível durante a execução da obra.

1.5. Horário de trabalho

O horário de trabalho, deverá ser estipulado antes do início dos trabalhos e devidamente aprovado pela fiscalização da obra, e deverá estar conforme o [Decreto-Lei n.º 409/71, de 27 de Setembro](#) (alterado pelo Decreto-Lei n.º 65/87 de 6 de Fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 398/91 de 16 de Outubro).

À Inspecção-geral do Trabalho, deverá ser enviada uma cópia do horário de trabalho e sempre que sejam efectuadas alterações ao mesmo.

No Estaleiro, o horário de trabalho, deverá permanecer em local bem visível durante a execução da obra e sempre com as respectivas alterações efectuadas.

1.6. Seguros de acidentes de trabalho

Ao iniciar uma obra é obrigatório que todos os trabalhadores da obra se encontrem cobertos pelo seguro de acidentes de trabalho, ficando à responsabilidade do Adjudicatário essa tarefa.

Esses seguros, tem de ser verificados com alguma periodicidade, para que haja garantia de que ao longo do decorrer da obra, todos os trabalhadores estão cobertos.

2. Caracterização da obra

> Características gerais da obra

A caracterização da obra, inclui uma descrição generalizada de todos os trabalhos a executar na obra, por forma a explicitar a dimensão, natureza e complexidade da mesma.

> Mapa de quantidades de trabalho

O mapa de quantidades de trabalho, contém a descrição quantificada de todos os trabalhos a executar na obra.

Através deste mapa, percepção-se e identifica-se, quais os trabalhos que poderão oferecer riscos mais significativos ao trabalhador, por forma a combatê-los.

> Condicionalismos existentes no local da obra

Os condicionalismos existentes no local da obra, que podem prejudicar o normal funcionamento do Estaleiro devem ser identificados, para que se possam tentar minimizar. A descrição dos mesmos, deve constar no Plano de Segurança e Saúde.

O Adjudicatário da obra, deverá ter em atenção todos os condicionalismos identificados e descritos no Plano de Segurança e Saúde e ao longo da execução da obra estar atento para um possível surgimento de novos, de modo a tomar as precauções necessárias para minimizar os riscos que possam daí advir.

> Plano de trabalhos

A responsabilidade pela elaboração e apresentação do Plano de Trabalhos será do Adjudicatário.

No plano de trabalhos, deverá vir identificado os momentos de maior ocorrência de trabalho simultâneo, em que o risco de acidentes de trabalho se torna mais elevado. Sempre que exista trabalho simultâneo, deverá existir uma atenção redobrada por parte do Coordenador de Segurança, que poderá propor se assim for necessário a uma alteração do Plano de Trabalhos, de modo a minimizar esses riscos.

No entanto, na fase de realização do plano de trabalhos, deverá ser elaborado de forma a que não sejam realizados em simultâneo trabalhos considerados incompatíveis e gerador de riscos acrescidos.

O plano de trabalhos, não será aprovado sem o aval do coordenador de segurança, que o assina.

Este plano, deverá incluir uma planta do Estaleiro e a respectiva localização dos elementos a instalar.

Sempre que se questionar a segurança dos trabalhadores, o plano de trabalhos deverá ser alterado.

> Cronograma da mão-de-obra

O Adjudicatário, deverá apresentar o cronograma onde consta a indicação semanal dos valores previstos de mão-de-obra (expresso em pessoas e/ou pessoas x hora), assim como os valores acumulados.

O cronograma deverá ser apresentado graficamente, sendo que as linhas representam os meses em que a obra será executada e as colunas os valores mensais e acumulados.

> Lista de trabalhos com riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores

Sempre que ocorrerem trabalhos com riscos especiais, deverá proceder-se à identificação e elaboração de uma lista dos mesmos, evidenciando as medidas preventivas a adoptar, como vem mencionado na alínea e), n.º 2 do artigo 6º do [Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de Outubro](#).

O artigo 7º do [Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de Outubro](#), explicita o que poderá ser considerado como riscos especiais.

> Lista de materiais com riscos especiais

O Adjudicatário em conjunto com o coordenador de segurança, devem identificar quais os materiais que podem apresentar riscos especiais para a saúde e segurança dos trabalhadores e listá-los.

Ao listá-los deve-se também definir quais as medidas preventivas a tomar e os cuidados a ter com o manuseamento dos mesmos. Para isso, será necessário solicitar ao fornecedor desses mesmos produtos os rótulos e as respectivas fichas técnicas.

3. Acções para a prevenção de riscos

Estas acções, deverão ser planeadas previamente, e definidas as regras a aplicar durante a execução da obra para a prevenção dos riscos que foram surgindo ao longo da mesma.

3.1. Projecto do estaleiro

O Estaleiro, é o local de apoio directo às actividades desenvolvidas na obra e onde se efectuam os locais de construção propriamente ditos, logo para segurança dos trabalhadores é necessário cumprir com a regulamentação existente no Plano de Segurança e Saúde. Como tal, deve-se definir e identificar as características das instalações de apoio, os equipamentos a utilizar de apoio fixo ou móvel, das infra-estruturas provisórias de modo a haver um controlo dos processos construtivos e dos métodos de trabalho de forma a minimizar os riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores.

Os elementos, no Estaleiro, a considerar são:

- Vedações;
- Portaria;
- Escritórios;
- Dormitórios;
- Instalações sanitárias;
- Refeitórios e cozinha;
- Armazéns de materiais;
- Ferramentaria;
- Estaleiro de preparação de armaduras;
- Estaleiro de preparação de cofragens;
- Estaleiro de produção de betões e argamassas;
- Instalação de equipamentos de estaleiro fixos;
- Parques para viaturas de passageiros;
- Parques de equipamentos móveis;
- Parques de materiais;
- Rede provisória de água;
- Rede provisória de esgotos;
- Rede provisória de electricidade;
- Recolha de lixos e limpeza;
- Circulações internas;
- Local próprio para fixação de informação e outras instalações.

Para que um Estaleiro seja bem organizado há que definir algumas regras, uma vez que não dá para o fixar sempre do mesmo modo porque cada obra tem exigências diferentes. Mas também tem de se ter em conta, alguma regulamentação aplicável, como por exemplo, o Regulamento de Instalações Provisórias Destinadas ao Pessoal Empregue nas Obras, ao Regulamento de Sinalização de Obras e Obstáculos Ocasionais na Via Pública, entre outras.

3.2. Plano de acesso, circulação e sinalização no estaleiro

A alínea g), do artigo 11º, do [Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de Outubro](#), descreve que no Plano de Segurança e Saúde deve constar como medidas previstas para a segurança de todos os trabalhadores, fiscalização e eventuais visitantes no Estaleiro, o plano de acesso, circulação e sinalização do mesmo.

Este plano, deve contemplar os caminhos pedonais, vias rodoviárias e ferroviárias existentes, integrando plantas de identificação dessas zonas.

Relativamente à sinalização, existe o [Decreto-Lei n.º 141/95 de 14 de Junho](#), que estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho e sempre que for necessário novas intervenções na obra, deve-se preparar um novo plano de sinalização adequado à situação.

A [Portaria n.º 1456-A/95 de 11 de Dezembro](#) e o Decreto-Regulamentar n.º 22-A/98, definem quais os sinais de segurança e saúde a utilizar num Estaleiro.

A sinalização de locais públicos, deve ser submetida à aprovação das entidades competentes para o efeito.

3.3. Planos de protecções colectivas

O [Decreto-Lei n.º 441/91 de 14 de Novembro](#), refere a necessidade que o empregador deve ter de aplicar medidas de protecção colectiva de forma a reduzir os riscos profissionais, para o efeito deverá dar prioridade às medidas de protecção colectiva relativamente às de protecção individual.

O Plano de Protecções Colectivas deve conter os locais de implantação, consoante os riscos de exposição dos trabalhadores. Ou seja, as plantas do Estaleiro deverão ter demarcados os locais de risco e a protecção específica a utilizar para cada caso.

Sempre que haja necessidade, esses planos deverão ser actualizados.

3.4. Plano de protecções individuais

O Equipamento de Protecção Individual - EPI, poderá ser um equipamento ou acessório de uso pessoal do trabalhador destinado para protegê-lo contra os riscos existentes de segurança e saúde durante o desempenho das suas tarefas.

São utilizados, sempre que os riscos não possam ser evitados com protecção colectiva.

Na escolha dos EPI que cada trabalhador irá utilizar, tem de se ter em atenção se serão de uso permanente e devem ser utilizados durante a permanência de qualquer trabalhador no Estaleiro ou se serão de uso temporário em que só serão utilizados dependendo das condições de trabalho a que possam estar sujeitos.

A Direcção Técnica da Obra, deverá transmitir aos trabalhadores que irão utilizar o EPI, todas as instruções de utilização do equipamento para o seu uso correcto, higiene e quais os riscos de que ele irá proteger.

O trabalhador ficará com a responsabilidade de participar das anomalias do equipamento e de respeitar todas as instruções do mesmo.

Será registada, por parte do Adjudicatário toda a distribuição de EPI aos trabalhadores da obra, que no acto da entrega terão de assinar a sua recepção e serem informados dos riscos que aquele equipamento obtido irá proteger.

Ao tomar conhecimento das suas obrigações, os trabalhadores, deverão assinar uma declaração.

3.5. Controlo de utilização dos equipamentos no estaleiro

O controlo de utilização de equipamentos no Estaleiro, deverá ser executado pelo Adjudicatário, assegurando que todos os equipamentos existentes se encontram em bom estado de funcionamento. Esse controlo deverá ser efectuado semanalmente, através de uma ficha em que ficará tudo registado.

No caso de existir alguma anomalia, que coloque em risco o operador que estiver a utilizar o equipamento, o Adjudicatário deve tomar as devidas medidas preventivas de forma a evitar a utilização do mesmo. Para o efeito, deverá imobilizá-lo e se possível removê-lo do local de utilização.

No Estaleiro, deverá existir um plano de controlo, onde sejam identificados os equipamentos necessários e o prazo previsto de permanência do equipamento. Através desse plano, poderá verificar-se quais os momentos de maior concentração de equipamentos no Estaleiro, podendo assim determina-se as medidas de segurança mais favoráveis à ocasião, consoante o tipo de equipamento a utilizar.

3.6. Registos de monitorização e prevenção

Os registos de monitorização e prevenção, são efectuados de modo a estabelecer medidas preventivas a aplicar face aos riscos existentes de forma a efectuar-se registos para comprovar a execução das medidas previstas.

Para o efeito, deve-se elaborar uma ficha de forma a que a informação relativa aos potenciais riscos envolvidos, faça corresponder as respectivas medidas preventivas e de protecção mais adequadas a cada situação.

Cada ficha, deverá conter apenas o essencial para a prevenção dos riscos, de modo a não se tornar demasiado pesada.

O Adjudicatário, ficará com a responsabilidade de proceder à verificação da execução das operações de construção, orientando-se através das medidas de prevenção estabelecidas e do registo as acções realizadas e os respectivos resultados das inspecções.

3.7. Plano de saúde dos trabalhadores

O Plano de Saúde dos Trabalhadores pretende respeitar a exigência do [Decreto-Lei n.º 441/91 de 14 de Novembro](#), que se refere à obrigação do empregador, assegurar a vigilância adequada à saúde dos trabalhadores em função dos riscos a que se encontra expostos. Para o efeito, o empregador deverá assegurar a aptidão física e psíquica do trabalhador para o exercício das suas funções e a repercussão do trabalho e das condições de saúde no mesmo.

Ao iniciar funções numa obra, os trabalhadores devem preencher uma ficha individual, onde constem os seus dados pessoais (nome, data de nascimento, n.º segurança social, n.º contribuinte, etc.), o empregador, cópia do contrato, data do início das funções na obra e a categoria profissional.

A vigilância à saúde dos trabalhadores, deverá incluir exames médicos no momento da entrada no Estaleiro, com alguma periodicidade ao longo da execução da obra e após o regresso ao trabalho se for verificada uma ausência superior a 30 dias.

A ficha individual do trabalhador, deverá conter a data do último exame médico e o resultado da última inspecção médica, com a respectiva assinatura do médico mencionando a aptidão do trabalhador ao serviço. Também deverá conter a data da próxima inspecção médica.

Essas fichas, devem ser verificadas sempre na primeira semana de cada mês, garantindo a validade das inspecções médicas.

No caso de algum trabalhador, ser transferido dentro da mesma empresa, mas para outro Estaleiro, a sua ficha acompanha-o e se estiver actualizada poderá não ser necessário realizar uma nova inspecção médica à entrada.

3.8. Registos de acidentes e índices de sinistralidade

O objectivo dos registos de acidentes de trabalho, é para efectuar o controlo da sinistralidade, de forma a reduzir os acidentes de trabalho na construção. Para isso, sempre que ocorra um acidente deverá comunicar-se à Companhia de Seguros por forma a serem realizados inquéritos de modo a fazer um estudo detalhado da situação que originou o acidente.

Esses inquéritos, poderão ser elaborados pela Inspeção-geral do Trabalho ou pelas Companhias de Seguros, que para o efeito se guiam pela legislação. Por vezes, as empresas de construção elaboram inquéritos internos, onde são incluídas mais algumas informações que elas acham pertinentes.

Em relação aos índices de sinistralidade (n.º médio de trabalhadores, homens-hora trabalhadas, etc), também se deverão calcular os dados necessários à sua obtenção, para se poder analisar a segurança durante a execução da obra. Os dados daí resultantes, devem ser analisados em reuniões mensais, a fim de determinar a causa da ocorrência dos acidentes e sempre que for necessário melhorar as condições de segurança e de saúde.

3.9. Informação e formação dos trabalhadores

A Lei-Quadro sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, faz referência a este tema especificando que é da obrigação da entidade empregadora assegurar a formação e informação dos trabalhadores consoante as funções que desempenham e o posto de trabalho que ocupam.

Deve-se para o efeito, definir um Plano de Informação e Formação de modo a dar resposta à Lei-Quadro, em que constem acções de formação e sensibilização para as questões de segurança, principalmente para os trabalhadores que exerçam funções específicas.

As acções informativas e formativas, deverão ser realizadas nos primeiros dias após a abertura do Estaleiro e também durante a execução da obra.

É de extrema importância, uma apresentação sucinta do Plano de Segurança e Saúde aos trabalhadores, de modo a que eles percebam qual a política de segurança da obra. No entanto, essa apresentação não é recomendável ser superior a 30 minutos.

Se durante o decorrer da obra surgirem novos trabalhadores, também deve de ser transmitida toda a formação e informação necessária para a execução das suas funções.

Deve estar previsto no Estaleiro, a existência de uma vitrine, para quando for necessário afixar alguns aspectos essenciais do Plano de Segurança e Saúde.

3.10. Plano de visitantes

O Plano de Visitantes vai servir para a prevenção dos riscos provenientes da entrada de uma pessoa não autorizada no Estaleiro durante a execução de uma obra. A entrada a pessoas não autorizadas deverá ser proibida, afixando-se avisos adequados ao efeito.

Para que se possam receber visitantes, tem de se tomar as devidas medidas de precaução, tais como, ser acompanhada de uma pessoa que conheça o Estaleiro, utilizar o capacete de protecção, etc.

3.11. Plano de emergência

A legislação aplicável, indica que em caso de ocorrência de acidentes ou catástrofes (inundações, incêndios, explosões, etc) o empregador é obrigado a estabelecer as medidas a adoptar.

Uma das principais medidas a adoptar, diz respeito aos primeiros socorros e à evacuação dos trabalhadores e de todas as pessoas existentes no Estaleiro.

Deve-se formar no Estaleiro, um local de fácil acesso para prestar os primeiros socorros, que contenha todo o equipamento indispensável, espaço suficiente para a movimentação das macas e deve estar devidamente sinalizado.

No Estaleiro, deverá haver um ou mais trabalhadores com formação em primeiros socorros.

No caso de ocorrer um acidente grave em que possam estar envolvidos um ou mais trabalhadores, deve-se estabelecer o contacto com o serviço de ambulâncias de modo a evacuar rapidamente os sinistrados para o hospital mais próximo. No caso de uma catástrofe, deve-se transportar os feridos imediatamente para uma zona não afectada.

Deverá estar sempre exposto, de preferência em vitrine onde estão afixados os aspectos de segurança e saúde relativas ao Estaleiro os telefones de emergência.